



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
Av. Paulista, 1842 - Bairro Cerqueira César - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

## CONVÊNIO Nº 01.018.10.2025

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (TRF3)**, com sede na Avenida Paulista, 1.842, Torre Sul, Bela Vista, CEP 01310-936, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob nº 59.949.362/0001-76, neste ato representado por sua Diretora-Geral **MARTA FERNANDES MARINHO CURIA**, RF: 816, designada pelo Ato nº 5.537, de 28 de fevereiro de 2024, no uso das atribuições contidas na Portaria nº 537, de 17/6/1993, e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)**, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4 - Brasília/DF, CEP 70070-140, representada por **DAVID PRANDO COTTA**, Superintendente Executivo de Varejo, CPF nº 317.297.908-36, RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO**, com a finalidade de estabelecer condições gerais e critérios a serem observados na concessão de empréstimos com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, nos autos do Processo Administrativo Eletrônico SEI nº 0009234-52.2014.4.03.8000, em observância às disposições do artigo 184, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução CJF nº 4/2008, mediante as cláusulas a seguir estabelecidas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS BENEFICIÁRIOS.

1. Para efeitos deste Convênio entende-se por BENEFICIÁRIOS - magistrados e servidores, ativos e aposentados, e pensionistas vinculados ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desde que:
  - 1.1. tenham mais de 3 (três) meses de efetivo exercício;
  - 1.2. sejam aposentados, desde que seus proventos sejam pagos pelo TRF3;
  - 1.3. sejam pensionistas em decorrência de morte do servidor e que seus proventos sejam pagos pelo TRF3;
  - 1.4. estejam em gozo de licença para tratamento de saúde, recebam rendimentos integrais e pagos pelo TRF3;
  - 1.5. sejam aprovados pelo sistema de avaliação de risco de crédito da CAIXA.
2. São impedidos de contrair a operação, os beneficiários que:
  - 2.1. possuam débitos em atraso em qualquer área da CAIXA, exceto quando o líquido do empréstimo destinar-se à quitação desse débito;
  - 2.2. estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos proventos não sejam pagos pelo TRF3 ou exonerados.
  - 2.3. possua vínculo empregatício de caráter temporário.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.

- 2.1. Constitui objeto do presente Convênio estabelecer condições gerais e critérios a serem observados na operacionalização de consignação em folha de pagamento quando da concessão de empréstimos aos beneficiários, nos termos da Resolução nº 4/2008 do Conselho da Justiça Federal.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO.**

3.1. O objeto será executado de acordo com o Plano de Trabalho, que faz parte integrante e indissociável do presente instrumento.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES**

4.1. Caberá ao TRF3:

- 4.1.1. fornecer à Agência da Caixa a indicação dos valores máximos disponíveis a serem averbados da margem consignável de cada Beneficiário proponente ao crédito;
- 4.1.2. recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste Convênio;
- 4.1.3. averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da CAIXA;
- 4.1.4. repassar à CAIXA, na mesma data do crédito do salário dos Beneficiários, o total dos valores averbados;
- 4.1.5. informar as datas de fechamento da folha de pagamento e do crédito de salário dos Beneficiários;
- 4.1.6. recepcionar e devolver à CAIXA, no primeiro dia útil após o dia 20 de cada mês, o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos;
- 4.1.7. comunicar à CAIXA a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;
- 4.1.8. comunicar à CAIXA, no primeiro dia útil após o dia 20 de cada mês, a ocorrência da redução na remuneração;
- 4.1.9. solicitar a exclusão, no extrato ou arquivo de averbação, de Beneficiários que forem excluídos da folha de pagamentos do TRF3;
- 4.1.10. prestar à agência da CAIXA as informações necessárias para a contratação da operação, inclusive o total já consignado em operações preexistentes e as demais informações necessárias para o cálculo da margem consignável disponível; e
- 4.1.11. indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência da CAIXA, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

4.2. Caberá à CAIXA:

- 4.2.1. conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos Beneficiários do TRF3, respeitadas as condições estabelecidas neste Convênio;
- 4.2.2. fornecer ao TRF3 impreterivelmente até o dia 25 do mês anterior ao débito, arquivo e/ou extrato, contendo a identificação de cada contrato, nome do Beneficiário e valor da prestação a ser averbada em folha de pagamento;
- 4.2.3. providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação, de Beneficiários, de acordo com as informações e solicitações do TRF3, nas situações previstas neste Convênio;
- 4.2.4. fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pelo TRF3, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor/devedor; e
- 4.2.5. manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao TRF3, por parte do Beneficiário, de autorização, em caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA DATA DO PAGAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS.**

5.1. O crédito de remuneração de magistrados e servidores, ativos e aposentados, e de pensionistas do TRF3 dar-se-á no primeiro dia útil após o dia 20 (vinte) de cada mês e o fechamento da folha de pagamento ocorre no dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, para inclusão de valores na folha do mês

subsequente.

## **CLAUSULA SEXTA – DA POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO.**

6.1. O TRF3 por meio deste instrumento permite a renovação da concessão de crédito para beneficiários, com desconto das prestações decorrentes em folha de pagamento, junto à CEF mediante repactuação dos termos e condições ora especificados e no Contrato de Crédito Consignado do Beneficiário.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA.**

7.1. O presente Convênio é celebrado pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que quaisquer das partes poderão rescindi-lo conforme previsto na Cláusula nona.

7.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, a critério dos partícipes, mediante termo aditivo.

7.2.1. Preferencialmente, a proposta de prorrogação será formulada até 30 (trinta) dias antes de seu término e o acordo entre as partes será formalizado por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONVÊNIO.**

8.1. A CAIXA suspenderá a concessão de novos empréstimos aos beneficiários quando:

8.1.1. ocorrer o descumprimento por parte do TRF3 de qualquer cláusula ou condição estipulada neste Convênio;

8.1.2. o TRF3 não repassar à CAIXA os valores averbados após o vencimento do extrato;

8.1.3. o Convênio apresentar índices de inadimplência e de consignação não admitidos pela CAIXA; e

8.1.4. houver mudanças na política governamental ou operacional da CAIXA, que recomendem a suspensão das contratações.

8.2. A suspensão do Convênio não desobriga o TRF3 de continuar realizando as averbações das prestações e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados.

8.3. O restabelecimento do Convênio dar-se-á mediante a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

## **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO.**

9.1. A rescisão poderá ocorrer:

9.1.1 Unilateralmente e por acordo entre os partícipes, por meio de comunicação escrita, encaminhada com antecedência mínima de sessenta dias;

9.1.2. Pela inexecução total ou parcial deste Convênio, com as consequências previstas em lei ou regulamento, formalmente motivada em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.2. As partes definirão os procedimentos para o encerramento da execução, de modo a resguardar o interesse público.

9.3. Os arquivos recepcionados e processados serão finalizados pela CAIXA desde que as datas de débito/crédito estejam agendadas dentro do período máximo de trinta dias após a comunicação escrita da denúncia.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CUSTO DO PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO.**

10.1. O TRF3 cobrará da CAIXA, por lançamento no contracheque, a quantia de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), para cobertura dos custos de processamento de dados da folha de pagamento, conforme previsto no art. 137, inciso II, da Resolução CJF nº 4/2008, adequando-se tal cobrança às modificações normativas posteriores. O recolhimento a que se refere esta cláusula deve ser deduzido dos valores

repassados à CAIXA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO.**

11.1. O acompanhamento do presente caberá:

11.1.1. pelo TRF3: por meio da Divisão de Folha de Pagamento, endereço: Avenida Paulista n.º 1842, Torre Norte, 13º andar, Bela Vista, CEP 01310-936, São Paulo (SP), telefone: 3012-1104, endereço eletrônico: [folhasege@trf3.jus.br](mailto:folhasege@trf3.jus.br); e

11.1.2. pela CAIXA: por meio do PA 1181 - TRF 3ª Região/SP, endereço: Avenida Paulista n.º 1842, Torre Sul, 8º andar, Bela Vista, CEP 01310-941, São Paulo (SP), telefone: (11) 3103-5978, endereço eletrônico: [ag1181@caixa.gov.br](mailto:ag1181@caixa.gov.br).

11.2. As correspondências serão dirigidas aos endereços físicos e/ou eletrônicos acima indicados.

11.3. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio e trocados entre os partícipes deverão ser formalizados por escrito, com assinatura (manual, digital ou eletrônica).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES.**

12.1. O presente Convênio poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

12.2. Os ajustes no Plano de Trabalho que não impliquem alteração de qualquer cláusula do Convênio poderão ser realizados por meio de apostila, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).**

13.1. A CAIXA e o TRF3 declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo a Lei n. 13.709/2018 (LGPD). Declaram, ainda, que, sendo necessário o compartilhamento mútuo de dados pessoais para concessão de empréstimos aos beneficiários mediante consignação em folha de pagamento, se comprometem a adotar todas as medidas de segurança para proteger dados pessoais e cadastrais sob seu controle.

13.2. Por meio do contrato de concessão e/ou renovação o beneficiário/devedor autorizará a Caixa a realizar o tratamento dos seus dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018, ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos neste contrato, em cumprimento a boa-fé e aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

13.3. O(s) Representante(s) do TRF3 autoriza(m) a CAIXA a realizar o tratamento dos seus dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO.**

14.1. Caberá ao TRF3 providenciar a publicação do extrato do instrumento de Convênio e de eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da assinatura.

14.2. Os partícipes deverão divulgar, nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do instrumento celebrado, de seus anexos e dos eventuais termos aditivos, no mesmo prazo do subitem anterior.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

15.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONCILIAÇÃO.**

16.1. Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO.

17.1. As dúvidas e questões oriundas deste Convênio serão dirimidas no foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, 1ª Subseção Judiciária de São Paulo.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.



Documento assinado eletronicamente por **David Prando Cotta, Usuário Externo**, em 17/10/2025, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Fernandes Marinho Curia, Diretora-Geral**, em 17/10/2025, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **12408360** e o código CRC **3960EBB3**.